

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

A crise do Estado

O Superior Tribunal de Justiça, pelo seu Presidente, mais uma vez se faz presente ao Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, desta feita na encantadora cidade do Rio de Janeiro, que continua a ser um dos maiores centros da cultura jurídica brasileira.

Pretendo, na oportunidade, tecer breves considerações sobre os reflexos, quase sempre negativos, de opiniões mal-intencionadas ou, algumas vezes, mal informadas emitidas contra o Poder Judiciário.

Na verdade, o Judiciário não pode sucumbir diante de circunstâncias hostis, ainda que criadas por forças poderosas. Sua derrocada seria o ocaso da liberdade, da democracia e da República, as quais, sem ele, seriam alcançadas no seu âmago. As vítimas, fatalmente, seriam o povo, a sociedade e a cidadania.

Volta e meia, sempre que é cometido erro por algum Juiz (embora logo corrigido pela instância superior), ou um Magistrado profere decisão que, conquanto correta, incomoda setores do poder público ou do poder econômico, recrudesce as críticas ao Poder Judiciário. Fala-se que permanece um Poder intocado após a redemocratização do País; que a Justiça continua lenta e fechada em si mesma; que só os outros Poderes têm-se esforçado para se adaptar aos novos tempos.

A pretexto de propugnar por uma justiça mais justa, comete-se grande injustiça contra o Judiciário, o qual, jamais, em tempo algum, esforçou-se tanto para se tornar mais eficiente e mais bem compreendido pela sociedade.

Contudo, ontem, o *Jornal do Brasil* publicou pesquisa feita pelo *Vox Populi*, segundo a qual, dos três Poderes, o Judiciário é apontado, com 32%, como o que inspira maior confiança nos brasileiros; em seguida, vem o Executivo, com 24%, e, por último, o Legislativo, com 19%. Isso mostra que, apesar das dificuldades, a população está passando a acreditar mais na Justiça.

No Judiciário está acontecendo o que é mais difícil: uma verdadeira revolução, aquela decorrente da mudança de mentalidade dos Juízes. Hoje, de modo geral, eles lutam, convictamente, de maneira pertinaz, para alcançar dois objetivos fundamentais: assegurar o acesso do povo à Justiça e tornar mais rápida a entrega da prestação jurisdicional.

Nesse sentido, nunca se fez tanto em tão pouco tempo. Antes da chamada redemocratização, a Justiça era, na verdade, um subpoder do Estado. Os dirigentes dos Tribunais viviam mendigando verbas que mal davam para atender às folhas de salário, sendo manifestamente insuficientes para assegurar o aumento do número de Juízes ou de servidores. Após a Constituição de 1988, a situação mudou, ganhando o Judiciário autonomia administrativa e financeira. Para que se tenha uma idéia, hoje mais que dobrou o número de Varas Federais e triplicou o de Juízes Federais. Em alguns Estados, como o Ceará, que visitei na primeira quinzena deste mês, está ocorrendo algo alvissareiro: todas as Comarcas, inclusive a da Capital, têm fóruns, muitos deles recentemente construídos, e contam com Juízes nomeados com casa para residir. A propósito, é digno de elogios o trabalho desenvolvido pelo Desembargador José Maria de Mello, Presidente do Tribunal de Justiça do referido Estado. E há muito mais: idéias criativas, como o mutirão adotado pelo Desembargador José Fernandes Filho, então Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, e, depois, por Tribunais de outras unidades federativas; os juizados especiais, para cuja bem-sucedida implantação muito concorreu este Colégio de Presidentes; os juizados itinerantes, adotados, com grande proveito, por alguns Estados. Tudo isso mostra que há um intenso movimento nos órgãos judiciários, tendo por objetivo uma melhor Justiça.

Acontece que, no Brasil, ocorre, de forma significativa, o fenômeno da chamada demanda reprimida. O povo, com a democratização, descobriu o Judiciário com vistas à afirmação da sua cidadania, mas este, a despeito dos seus esforços, não tem podido atender com presteza todos aqueles que o procuram, porque a sua estrutura é, ainda, deficiente.

Percebe-se que, enquanto a estrutura do Poder Executivo assumiu dimensões exageradas no período de restrições democráticas, com queda significativa na prestação dos serviços públicos, o Judiciário permaneceu nanico. Só passou a crescer após a democratização, todavia esse crescimento não tem sido notado pela opinião pública em razão do número cada vez maior de cidadãos que procuram os serviços da Justiça.

Não bastasse isso, a crise do Estado, especialmente a dos Poderes Executivo e Legislativo, enseja um grande número de causas que abarrotam o Judiciário. O Executivo, em decorrência dos seus pacotes econômicos e tributários, reformulações administrativas, medidas na área da previdência e outras. O Legislativo, devido à edição de leis regidas por uma Constituição mais adequada ao parlamentarismo, mas aplicada ao sistema presidencialista - uma legislação que gera insegurança jurídica e, em consequência, litígios.

O certo é que a crise do Judiciário é apenas um dos aspectos da crise do Estado. Assim, sem se organizarem e se tornarem eficientes o Estado-Legisla-dor e o Estado-Administrador, deficiente continuará o Estado-Justiça.

Nota-se, porém, que as autoridades dos três Poderes têm cada vez mais consciência desses desequilíbrios. Nunca os Poderes Executivo e Legislativo trabalharam tanto, embora continuem a ser muito criticados. O mesmo acontece com o Judiciário.

Agora, volta-se a falar em reforma do Judiciário. Creio que, nos seus aspectos mais controvertidos, só deve ser feita após a reforma política e a reforma dos Poderes Legislativo e Executivo. Contudo nada impede, quanto às matérias em que haja consenso ou quase consenso, que a reforma se faça desde logo. Penso que poucos serão contra a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal; contra a inclusão, na legislação concorrente, da competência dos Estados para legislar sobre processo relativo às causas da competência dos juizados especiais; poucos serão contra o ajuste entre as atribuições do Supremo Tribunal Federal e as do Superior Tribunal de Justiça, de modo a ficar mais clara a posição do primeiro como suprema corte constitucional e a do outro como corte máxima encarregada de zelar pela autoridade e uniformidade interpretativa do Direito federal. Quem sabe, será possível a aprovação da súmula vinculante, relativa a determinadas matérias.

Com esse entendimento, conclamo, no ensejo, todos os senhores Desembargadores Presidentes de Tribunais de Justiça a continuarem o trabalho que, com a colaboração deste Colégio, vem sendo altamente profícuo em prol do interesse público. Conclamo, ainda, a todos para que selecionem os temas constitucionais que considerem relevantes para o Judiciário e sejam menos polêmicos, a fim de poderem, em breve, ser submetidos à soberana apreciação do Congresso Nacional.

Tal proceder será a melhor resposta a ser dada àqueles que, por meio de chavões já tão repetidos que se tornaram mitos, não têm contribuído, de forma construtiva, para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário e para uma mais satisfatória prestação jurisdicional daí decorrente.

Ao encerrar, congratulo-me com todos os presentes, formulando votos de muito êxito na realização de mais este importante Encontro e deixando, para

reflexão, estas sugestivas palavras do imortal Olavo Bilac, cheias de patriotismo, que nos servem de estímulo em momentos de dificuldades:

Fazei a ressurreição da glória do Brasil! Não a podeis fazer em poucos dias, nem em poucos lustros, por um prodígio da taumaturgia social. Mas, inevitavelmente a fareis, se, inspirados pela vossa crença e pelo vosso patriotismo, lavrardes a alma do Brasil, como os agricultores lavram o campo: com o tempo e a paciência, com a vontade e a arte, dando toda a força do braço e a alegria do coração a todos os longos e sublimes trabalhos que o solo exige.

* Discurso proferido em 27 de agosto de 1998, na abertura do
“Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes
de Tribunais de Justiça”, Rio de Janeiro - RJ.